

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/4/2023

Às 9h41min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão encaminhando documentos para complementar as informações referentes ao Projeto de Lei nº 359/2023; ofício do deputado Neilando Pimenta comunicando a sua desistência da vaga de membro desta comissão e do deputado Gustavo Santana indicando o deputado Professor Wendel Mesquita como seu membro efetivo; ofício do Sr. Sérgio Quirino Guimarães, grão-mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, manifestando irrestrito apoio à manutenção da autonomia da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam. Informa, também, o recebimento das seguintes mensagens, enviadas por meio do Fale com as Comissões: da Sra. Thaís de Souza Faria, professora, reclamando que sua classe não é representada como deveria pelos parlamentares e que o governador judicializa o piso salarial e não cumpre a lei; do Sr. Juliano da Silva solicitando providências desta Casa em relação aos servidores da rede federal de ensino inseridos no plano de carreira do magistério federal, no EBTT e no PCCTAE e tecendo considerações os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro; e do Sr. David Sander Ribeiro Silva, solicitando apoio dos deputados desta Casa para cobrar do governo do Estado a nomeações dos aprovados no concurso para técnico administrativo da Unimontes regido pelo Edital nº 1/2018. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Educação, a requerimento da relatora, deputada Beatriz Cerqueira, o Projeto de Lei nº 359/2023, no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 541/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações sobre o número atual de cargos de natureza administrativa, pertencentes à Uemg, criados em lei, discriminando-se a nomenclatura, a função e a unidade de exercício; o número de cargos de natureza administrativa, pertencentes à Uemg, atualmente ocupados por servidores efetivos, discriminando-se a nomenclatura, a função e a unidade de exercício; o número de cargos de natureza administrativa pertencentes à Uemg, atualmente ocupados por servidores contratados temporariamente, discriminando-se a nomenclatura, a função e a unidade de exercício; e o número atual de cargos vagos de natureza administrativa, pertencentes à Uemg;

nº 542/2023, da deputada Leninha, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez pelos 62 anos de existência, completados em 14/3/2023;

nº 584/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as irregularidades encontradas na exoneração do Sr. Henrique Araújo de Soares, diretor da Escola Estadual Batista de Oliveira, eleito por votação direta da comunidade escolar com mais de 80% dos votos, esclarecendo-se o meio pelo qual se deu a comunicação da exoneração ao diretor, quais são os meios oficiais que essa secretaria utiliza para comunicados dessa natureza e se essa secretaria tinha conhecimento das denúncias de assédio moral praticado pela Sra. Dalva Rodrigues Amorim, superintendente regional de ensino, em face do diretor exonerado;

nº 620/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Macaé Evaristo e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Cultura para debater a situação do sistema estadual de bibliotecas;

nº 633/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à ampliação, em regime de urgência, do número de vagas para os estudantes das escolas da Rede Estadual de Educação do Município de Juiz Fora, tendo em vista a demanda crescente de pedidos ou transferências realizadas no exercício de 2022 pelos responsáveis pelos estudantes, e ao redirecionamento das vagas para atender à demanda das diversas comunidades escolares, garantindo-se a permanência, em suas respectivas escolas, dos alunos que estiveram matriculados no ano anterior;

nº 650/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Professor Francisco Brant, em Belo Horizonte, para apurar denúncia, enviada pela comunidade escolar, de superlotação das salas de aula e condições degradantes da quadra de esportes e dos banheiros;

nº 670/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita ao Instituto Estadual de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para averiguar os impactos causados à escola pelo incêndio ocorrido em 22/3/2023;

nº 697/2023, das deputadas Macaé Evaristo e Leninha, em que requerem seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, do Ministério Público de Minas Gerais, pedido de providências para proceder à análise da transferência do patrimônio da Fucam para a Seplag e da transferência do serviço educacional, social e produtivo para a SEE, uma vez que esses serviços extrapolam as competências dessa secretaria;

nº 698/2023, das deputadas Macaé Evaristo e Leninha, em que requerem seja encaminhado à Fundação João Pinheiro – FJP – pedido de providências para proceder a estudo de impacto social, econômico e cultural da transferência das atividades educativas, sociais e produtivas da Fucam para a SEE e da transferência do patrimônio da Fucam para a Seplag;

nº 699/2023, das deputadas Macaé Evaristo e Leninha, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as providências a serem tomadas em relação às famílias que possuem residência dentro do território da Fucam e no entorno, devido ao atendimento educacional prestado; a forma como a SEE pretende incorporar as competências relativas às ações educativas, sociais e produtivas da Fucam, dadas a ampla responsabilidade do Estado com o atendimento ao educando e a garantia da oferta do ensino obrigatório e gratuito, em especial nas séries finais do ensino fundamental e

do ensino médio; em relação às ofertas de formação técnica e profissional que vêm sendo alinhadas às demandas locais, incorporando também a oferta de cursos livres e formando trabalhadores com competências gerais e específicas, qual a proposta da SEE para manter essa estruturação e a garantia da escuta das comunidades; e o eventual estabelecimento de diálogo com os estudantes, a comunidade e a gestão das unidades escolares da Fucam para avaliar se a transferência de sua competência é de fato uma solução viável para garantia do direito aos serviços prestados pela fundação às populações do campo, sem prejuízo do processo educativo e da qualificação profissional;

nº 700/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Professor Cleiton e Betão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos para a educação básica do Projeto de Lei nº 406/2023, do governador do Estado;

nº 701/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Professor Cleiton e Betão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os problemas de infraestrutura do Instituto de Educação de Minas Gerais – Iemg;

nº 707/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Macaé Evaristo e dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Coronel Henrique, Grego da Fundação, Leleco Pimentel e Gustavo Valadares, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Júnio Jáber, diretor do Instituto Federal do Norte de Minas, Câmpus Diamantina, pela dedicação aos alunos, sobretudo das cidades e comunidades do Alto Jequitinhonha, pela resiliência e pelo desenvolvimento e promoção de melhorias nas instalações do referido câmpus, bem como pelo cuidado com os servidores;

nº 708/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que proceda à retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 359/2023, que extingue a Fundação Educacional Caio Martins – Fucam – e transfere suas competências para a Secretaria de Estado de Educação;

nº 709/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para realizar a cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Guerino Casassanta, no Município de Ouro Fino;

nº 733/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o projeto para construção de prédio próprio da Universidade Estadual de Montes Claros, Câmpus Pirapora, especificando a previsão para sua elaboração e concretização, tendo em vista que a sede atual se encontra em imóvel alugado; sobre o planejamento para ampliação do número de cursos a serem ofertados pela referida universidade, tendo em vista que, atualmente, ela conta somente com os cursos de pedagogia e geografia; e sobre os cursos previstos e a perspectiva de abertura;

nº 738/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo e dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a reunião realizada entre a presidente da Fundação Estadual Caio Martins – Fucam – e o empresário Salim Mattar, para tratar de assuntos relacionados com a referida fundação, com o detalhamento dos temas tratados e os encaminhamentos resultantes da reunião, bem como a data de sua realização, enviando-se a esta Casa cópia dos documentos referentes a essa reunião e relação de ativos da Fucam entregues durante o encontro;

nº 739/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Macaé Evaristo e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao deputado federal Padre João pedido de providências para a realização, na Câmara dos Deputados, de audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 359/2023, do governador do Estado, que transfere as competências da Fundação Educacional Caio Martins para a Secretaria de Estado de Educação, o que culmina na extinção da referida fundação; e para que seja convidada para participar dessa discussão a Sra. Stela Abreu Santos, presidenta da Associação dos Ex-Alunos da Fundação Caio Martins – Assexcam;

nº 757/2023, das deputadas Macaé Evaristo e Beatriz Cerqueira e do deputado Coronel Sandro, em que requerem seja realizada visita ao território indígena Xakriabá, no Município de São João das Missões, para fiscalizar a situação da prestação dos serviços de educação escolar indígena nesse território;

nº 779/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o valor efetivamente repassado à Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ –, até a data de recebimento deste requerimento, encaminhando-se a esta Casa os comprovantes de repasse; e, caso não tenha havido o repasse integral do valor total acordado com a UFSJ, qual seja R\$62.700.000,00, sobre o motivo do atraso do referido repasse e a data prevista para sua efetivação;

nº 824/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a instalação de placa de identificação com o nome Escola Estadual Mauro Faccio Gonçalves, em Sete Lagoas, na entrada da referida escola;

nº 825/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam verificadas as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência na Escola Estadual Mauro Faccio Gonçalves, em Sete Lagoas, bem como para a construção de rampas e a reforma da calçada em frente à escola;

nº 839/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a realização de reparos na Escola Estadual de Itaúna, situada na Rua Prof. Francisco Santiago, 275, Centro, nesse município, especialmente quanto à restauração geral e de portas e janelas; à reforma do telhado; à pintura da quadra e à reconstrução do alambrado; à realização de manutenção em torneiras, descarga e registros de banheiros; à pintura de salas, com o refazimento do reboco; à troca e colocação de grades em diversos espaços; ao conserto de vazamento das caixas de água; à reforma da área de serviço; à revisão da parte elétrica e hidráulica; à pintura do saguão; e à disponibilização de mesas no pátio para os estudantes;

nº 946/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal João Gomes Ferreira, localizada no Povoado de Vieiras, no Município de Itatiaiuçu, para verificar as condições da comunidade escolar no contexto de risco de rompimento da barragem da Mina de Serra Azul;

nº 950/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Dona Balbina Antunes Penido, no Município de Itatiaiuçu, para verificar as condições da comunidade escolar no contexto de risco de rompimento da barragem da Mina de Serra Azul;

nº 990/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fortalecimento e a expansão do ensino superior nos Vales do Aço e do Rio Doce, como política de reparação do crime referente ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, da Samarco (Vale-BHP);

nº 991/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para realização de diagnóstico sobre a infraestrutura e as condições de funcionamento da referida escola;

nº 992/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Laranjal pedido de providências para que seja regulamentada, na rede municipal de ensino, a Lei Federal nº 11.738, de 2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais da educação básica, conforme determina seu art. 6º, que garante o pagamento do piso salarial e seus reajustes anuais aos profissionais da educação básica;

nº 993/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – por ter sido a universidade federal mais bem avaliada do Brasil, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep –, com alcance do valor contínuo de 4,368 no levantamento e manutenção do nível máximo 5 desde 2007, que é considerado o mais elevado entre todas as universidades federais do País;

nº 994/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à reforma, em caráter de urgência, da Escola Estadual Adalberto Ferraz, em Belo Horizonte, tendo em vista a precariedade da infraestrutura da referida unidade escolar, uma vez que possui salas interditadas, com rachaduras e estruturas comprometidas, fiação elétrica exposta, problemas com infiltração no telhado em dias de chuva, piso deteriorado, com falhas e buracos, muros com trincas e fendas, entre outros problemas estruturais que colocam em risco a vida e a segurança dos profissionais da educação e dos alunos;

nº 995/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja autorizada a contratação, em caráter de urgência, de mais dois auxiliares de serviços e educação básica e de um assistente técnico de educação básica para a Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado, em Belo Horizonte, tendo em vista a insuficiência de pessoal para atender a toda a demanda da referida unidade escolar;

Com a aprovação do Requerimento em Comissão nº 738/2023, a presidência deixa de receber o Requerimento em Comissão nº 706/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, por se tratar de matéria prejudicada. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna – Professor Cleiton.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/5/2023

Às 16h9min, comparecem à reunião as deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e os deputados Professor Cleiton e Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.870/2022 (deputado Professor Cleiton) e 285/2023 (deputado Bosco), no 1º turno, e 4.017/2022, em turno único (deputada Lohanna). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.497/2020 (relatora: deputada Lohanna) e 2.573/2021 (relatora: deputada Macaé Evaristo) na forma dos Substitutivos nºs 1 ao vencido no 1º turno. Na fase de discussão do parecer da relatora, deputada Lohanna, que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.125/2021 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1. Submetido a votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.605/2022 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bosco) e 3.862/2022 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Professor Cleiton). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.017/2022 (relatora: deputada Lohanna), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.196 e 1.297/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.542/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com Roberto Uber e Flávia Ferraz, Lúcia Ferraz e Mariana Ferraz, do Trio Amaranto, pela produção e pelo lançamento do videoclipe “Parece Meu Nome”.

nº 1.543/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para homenagear a diretoria e os membros da Academia de Letras do Vale do Jequitinhonha – Alva – e entregar os diplomas referentes a esses votos;

nº 1.544/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a diretoria e os membros da Academia de Letras do Vale do Jequitinhonha – Alva – por sua recente fundação;

nº 1.650/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a relevante atuação do Bloco Haja Amor, de Divinópolis, e para entregar o diploma referente ao voto de congratulações com os integrantes desse bloco, pela relevante contribuição à cultura do Carnaval de rua e pela promoção das bandeiras do amor, do respeito e da diversidade;

nº 1.706/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Associação Galpão Skate UDI, pela atuação em favor da prática do *skate* e pela articulação que tem promovido entre os movimentos culturais e de esporte e lazer em favor da juventude de Uberlândia;

nº 1.707/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para limpeza, iluminação e outras melhorias necessárias para favorecer a prática de *skate* no baixio do Viaduto Santa Tereza, bem como para articulação de ações com os órgãos de segurança pública para viabilizar a utilização do referido espaço;

nº 1.708/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Uberlândia pedido de providências para limpeza, iluminação e outras melhorias necessárias para favorecer a prática de *skate* na pista de skate Sabiá, bem como para articulação de ações com os órgãos de segurança pública para viabilizar a utilização do referido espaço;

nº 1.710/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Esporte e à Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos do Ministério das Cidades pedido de providências para que haja investimento no *skate* amador – Skate-Core – e valorização dessa prática esportiva, de modo a enfrentar a criminalização dos praticantes dessa modalidade esportiva e a promover o reconhecimento do *skate* como esporte; e seja encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos culturais decorrentes da demolição do Galpão Skate Udi, ocorrida em 1º/4/2023, em Uberlândia, em cumprimento de uma ordem judicial, que afetou diretamente as relações e manifestações culturais da cidade;

nº 1.711/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santa Luzia pedido de providências com vistas a que sejam feitas as readequações necessárias para que os problemas estruturais da pista de *skate* Street Park, no Bairro Cristina, sejam definitivamente solucionados e o equipamento público entregue com segurança para os praticantes de *skate* e para a população;

nº 1.712/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para limpeza, iluminação e outras melhorias necessárias para favorecer a prática de *skate* na pista existente no Parque das Mangabeiras e para articulação de ações pertinentes com os órgãos de segurança pública, com vistas a viabilizar a utilização do referido espaço;

nº 1.713/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Ouvidoria da Polícia Militar de Minas Gerais, à Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que sejam analisados os procedimentos relacionados com o processo de desocupação do terreno tradicionalmente ocupado pelo Galpão Skate UDI, no Bairro Brasil, no Município de Uberlândia, e as denúncias feitas durante a audiência pública realizada pela comissão em 8/5/2023; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por

finalidade debater os impactos culturais decorrentes da demolição do Galpão Skate Udi, ocorrida em 1º/4/2023, em Uberlândia, extrapolando uma ordem judicial que afetou diretamente as relações e manifestações culturais da cidade;

nº 1.714/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Uberlândia pedido de providências para construção, com a participação dos esquiteiros e da Associação Galpão Skate UDI, de uma nova pista de esquite, que contenha infraestrutura equivalente ou superior à pista do Galpão Skate Udi, demolida no Bairro Brasil, garantindo-se que o edital de licitação contenha a exigência de que a execução da obra seja realizada por empresa com experiência na construção desse tipo de pista;

nº 1.715/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que haja investimento no esquite amador – Skate-Core – e valorização dessa prática esportiva, de modo a enfrentar a criminalização dos esquiteiros e promover o reconhecimento do esquite como esporte; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos culturais decorrentes da demolição do Galpão Skate Udi, ocorrida em 1º/4/2023, em Uberlândia;

nº 1.761/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Luana Tolentino;

nº 1.762/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Luana Tolentino pelo lançamento do livro “Sobrevivendo ao racismo: memória, cartas e o cotidiano da discriminação no Brasil”;

nº 1.763/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Polo de Integração da Universidade Federal de Minas Gerais no Vale do Jequitinhonha – Polo UFMG – pela realização da 22ª edição da Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha, em Belo Horizonte, e pelos relevantes trabalhos desenvolvidos para fomento da cultura popular da região;

nº 1.776/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Wellington pelo sucesso na realização do Festival Sertanejo, evento que reuniu em Belo Horizonte os maiores cantores sertanejos, atraindo turistas de todas as regiões do Estado e do País;

nº 1.799/2023, do deputado Professor Cleiton, das deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e do deputado Mauro Tramonte, em que requerem seja formulado voto de congratulações com Helvécio Ratton e a equipe técnica da produção do filme “Lodo” pela estreia do filme, que é uma adaptação do conto homônimo de Murilo Rubião;

nº 1.825/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da capoeira na cultura brasileira, bem como políticas públicas relacionadas com o tema e os desafios dessa manifestação cultural.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Professor Cleiton, presidente – Lohanna – Macaé Evaristo – Mauro Tramonte.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/5/2023

Às 14h12min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Eduardo Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marli Ribeiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Eduardo Azevedo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a

reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.679/2023, do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja encaminhado à Vivo pedido de providências para a regularização do sinal 4G no Município de Baependi;

nº 1.858/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Belo Horizonte pedido de providências para apure eventuais irregularidades trabalhistas envolvendo os funcionários da clínica Arcata;

nº 1.859/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado aos sócios da clínica odontológica Implantar, em Belo Horizonte, pedido de informações sobre a forma como a clínica teve acesso aos pacientes que eram atendidos pela Arcata, considerando-se as informações prestadas na audiência pública realizada pela comissão em 17/5/2023, e em que se esclareça se a clínica pretende dar seguimento aos referidos tratamentos dentários;

nº 1.860/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem sejam encaminhadas ao juiz coordenador dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte as notas taquigráficas da audiência pública da comissão em que foi dado conhecimento dos danos aos consumidores gerados pela clínica Arcata, e que o referido juiz officie os demais magistrados competentes dando ciência da hipossuficiência dos consumidores envolvidos e da dificuldade de obtenção de dados da empresa;

nº 1.861/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem, seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na 14ª Promotoria, em Belo Horizonte, pedido de providências para que o promotor de justiça promova ação civil pública contra a empresa Arcata, em função dos atos lesivos por ela praticados contra os consumidores mineiros;

nº 1.862/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor em Belo Horizonte pedido de providências para que seja informado ao Juízo da 2ª Unidade Jurisdicional Cível – 5º JD da Comarca de Belo Horizonte, bem como ao promotor de Justiça, o endereço dos sócios da empresa Arcata;

nº 1.863/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem sejam encaminhadas ao Procon da ALMG, à Delegacia Especializada em Defesa do Consumidor, à Comissão de Defesa do Consumidor e à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG – as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos para os consumidores da paralisação dos atendimentos por plano odontológico realizados pela clínica odontológica Arcata, em Belo Horizonte;

nº 1.864/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para que seja realizado mutirão com o objetivo de promover esclarecimentos e eventuais ações em defesa das vítimas da empresa Arcata, que encerrou suas atividades acarretando danos a inúmeros consumidores, e sejam informados à comissão o dia e a hora para o início do mutirão, bem como quais serão os defensores responsáveis pelo evento;

nº 1.865/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos nomes dos dentistas e responsáveis técnicos pela clínica Arcata e para que seja instaurado procedimento para apurar as eventuais infrações praticadas pelos dentistas e responsáveis técnicos da aludida clínica, com o fornecimento de todos os prontuários aos respectivos pacientes;

nº 1.866/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado o Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG – pedido de providências para que sejam apurados eventuais irregularidades no fechamento da clínica Arcata, em especial quanto aos danos causados a inúmeros consumidores mineiros;

nº 1.867/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais pedido de informações acerca das providências que foram ou que estão sendo adotadas contra os responsáveis técnicos da empresa Arcata em relação ao fechamento da clínica e a consequente lesão a inúmeros consumidores mineiros;

nº 1.903/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para instauração de processo administrativo com vistas à apuração de eventual irregularidade cometida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, quando da aferição e cobrança de valores exacerbados de consumidores do Município de Ibitiré, conforme já é de conhecimento dessa agência, consoante o Ofício nº 093/2023, de 18/4/2023, dos Srs. Wanderlei Martins de Paula e Alexandre José Ferreira dos Santos, vereadores desse município;

nº 1.904/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para apuração e correção dos procedimentos de aferição e cobrança dos valores cobrados erroneamente, referentes ao consumo de dezenas de usuários do Município de Ibitiré que tiveram aumento injustificável em suas contas, conforme já é de conhecimento dessa companhia, consoante o Ofício nº 092/2023, de 8/3/2023, dos Srs. Wanderlei Martins de Paula e Alexandre José Ferreira dos Santos, vereadores do referido município; e para que, constatadas as irregularidades, sejam imediatamente ressarcidos os consumidores lesados, mediante procedimento justo, célere, eficiente e desburocratizado, a fim de se evitarem prejuízos ainda maiores;

nº 1.963/2023, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública para debater a forma irregular de atuação da Cemig no processo administrativo de verificação de irregularidade em relógio, com base no disposto na Resolução nº 1.000/2021 da Aneel;

nº 1.967/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações substanciadas nos seguintes documentos e dados relativos à prestação dos serviços de esgotamento sanitário em Divinópolis: arquivo kmz ou similar da Figura 1 (mapa do sistema de esgotamento sanitário da sede do Município de Divinópolis) do Relatório de Fiscalização operacional nº 32/2019 da Arsae-MG; evolução do número de ligações e economias dos últimos 36 meses divididos conforme categoria (residencial social, residencial, comercial, industrial e público) e conforme as unidades de tratamento onde houver prestação de serviço; obras em andamento no sistema de esgoto; memorial descritivo ou informações disponíveis sobre ETEs existentes (tipo de tratamento, capacidade, ano de execução, fluxograma do tratamento); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre estações elevatórias de esgoto existentes (dados das bombas e motores, ano de execução, diâmetro das respectivas linhas de recalque e coordenadas geográficas); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre extensão de trechos de interceptores existentes (localização, diâmetros, materiais); e cadastro técnico dessas redes, outorgas para o sistema de esgoto e licenças de operação das unidades do sistema de esgoto, caso existam;

nº 1.968/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações substanciadas nos seguintes documentos e dados relativos à prestação dos serviços de esgotamento sanitário em Divinópolis: arquivo kmz ou similar da Figura 1 (mapa do sistema de esgotamento sanitário da sede do Município de Divinópolis) do Relatório de Fiscalização operacional nº 32/2019 da Arsae-MG; evolução do número de ligações e economias dos últimos 36 meses divididos conforme categoria (residencial social, residencial, comercial, industrial e público) e conforme as unidades de tratamento onde houver prestação de serviço; obras em andamento no sistema de esgoto; memorial descritivo ou informações disponíveis sobre ETEs existentes (tipo de tratamento, capacidade, ano de execução, fluxograma do tratamento); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre estações elevatórias de esgoto existentes (dados das bombas e motores, ano de execução, diâmetro das respectivas linhas de recalque e coordenadas

geográficas); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre extensão de trechos de interceptores existentes (localização, diâmetros, materiais); e cadastro técnico dessas redes, outorgas para o sistema de esgoto e licenças de operação das unidades do sistema de esgoto, caso existam;

nº 1.969/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos seguintes documentos e dados relativos à prestação dos serviços de abastecimento de água potável em Divinópolis: croqui esquemático do sistema de abastecimento de água da sede municipal de Divinópolis contido no Anexo I do Relatório de Fiscalização Operacional nº 31/2019 da Arsae-MG; evolução do número de ligações e economias dos últimos 36 meses (água) divididos conforme categoria (residencial social, residencial, comercial, industrial e público) e conforme os sistemas produtores; consumo micromedido e faturado dos últimos 36 meses (separados por sistemas produtores e por categoria de usuário); histograma de consumo; memorial descritivo ou informações disponíveis sobre estações elevatórias de água bruta e tratada existentes (dados das bombas e motores, ano de execução, diâmetro das respectivas linhas de recalque, coordenadas geográficas); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre os reservatórios existentes com suas respectivas capacidades, tipo (elevado, enterrado, apoiado), material (concreto, aço) e coordenadas geográficas; e cadastro técnico dessas redes, outorgas para o sistema de água e licenças de operação das unidades do sistema de água, caso existam;

nº 1.970/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos seguintes documentos e dados relativos à prestação dos serviços de abastecimento de água potável em Divinópolis: croqui esquemático do sistema de abastecimento de água da sede municipal de Divinópolis contido no Anexo I do Relatório de Fiscalização Operacional nº 31/2019 da Arsae-MG; evolução do número de ligações e economias dos últimos 36 meses (água) divididos conforme categoria (residencial social, residencial, comercial, industrial e público) e conforme os sistemas produtores; consumo micromedido e faturado dos últimos 36 meses (separados por sistemas produtores e por categoria de usuário); histograma de consumo; memorial descritivo ou informações disponíveis sobre estações elevatórias de água bruta e tratada existentes (dados das bombas e motores, ano de execução, diâmetro das respectivas linhas de recalque, coordenadas geográficas); memorial descritivo ou informações disponíveis sobre os reservatórios existentes com suas respectivas capacidades, tipo (elevado, enterrado, apoiado), material (concreto, aço) e coordenadas geográficas; e cadastro técnico dessas redes, outorgas para o sistema de água e licenças de operação das unidades do sistema de água, caso existam;

nº 1.998/2023, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transportes e Obras Públicas com a finalidade de debater as obras efetuadas na BR-65 e na MG-462, com a presença de representantes da concessionária Equipav.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Adriano Alvarenga, presidente – Elismar Prado – Eduardo Azevedo.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/5/2023

Às 15h13min, comparece à reunião o deputado Betão, membro da supracitada comissão, Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos aposentados e pensionistas da extinta MinasCaixa, que tiveram os seus pagamentos suspensos pelo Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a

presença da deputada Macaé Evaristo, membro da comissão, e também da deputada Beatriz Cerqueira. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Rita de Cassia de Moura Junqueira e Maria Perpetua Mol Bessa, pensionistas da extinta MinasCaixa; e Maria José Ribeiro Franco, aposentada; e os Srs. Antônio Alberto Grossi Portes, administrador especial da Fundação Libertas; Marco Aurélio dos Reis Corrêa, advogado dos aposentados e pensionistas da extinta MinasCaixa; Reges Moisés dos Santos, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda, representando o secretário; e Gerson Pedrosa Abreu, procurador da Advocacia-Geral do Estado – AGE. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais e passa a palavra para as deputadas Macaé Evaristo e Beatriz Cerqueira, também autoras do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Betão, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/5/2023

Às 14h12min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo e os deputados Leleco Pimentel e Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o direito aos territórios e à consulta prévia, livre e informada que os povos e comunidades tradicionais possuem em face de quaisquer medidas administrativas ou legislativas em seus territórios, tendo em vista a abertura do I Encontro Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: *e-mail* da Sra. Eliza Froes de Azevedo, denunciando que o soldado PM André Luiz Porto encontra-se diagnosticado com esquizofrenia e que a Polícia Militar de Minas Gerais não aceita as licenças médicas do referido soldado, e que ele está sendo escalado normalmente e armado, o que pode colocar em risco a população, uma vez que o referido soldado encontra-se, no momento, com distúrbios mentais; e ofício do presidente da Comissão de Administração Pública, deputado João Magalhães, atendendo ao requerimento da deputada Beatriz Cerqueira, solicitando que a comissão investigue a violência e as ameaças praticadas durante uma reunião realizada no dia 16 de abril de 2023, na Associação Quilombola de Queimadas, no Município de Serro, narrada em audiência da Comissão de Administração Pública no dia 25 de abril de 2023. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Moara Correa Saboia, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Marlene Ribeiro de Sousa, agricultora familiar de Grão-Mogol; Layza Queiroz Santos, advogada do Coletivo Margarida Alves; Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; e Edna Correia de Oliveira, representante da N'Golo e presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais; e os Srs. Padre João, deputado federal; Merong, cacique da Kamakã Mongoió, representando o cacique Arapowaná, da Aldeia Xucuru Kariri em Brumadinho; Aderval Costa Filho, professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG; Duílio Silva Campos, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – representando a secretária; Frei Gilvander Luis Moreira, assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG; Helder Magno da Silva, procurador da República no Estado de Minas Gerais; João Carlos Pio de Souza, membro da Comissão das Comunidades Tradicionais Atingidas pelo Rodoanel e Quilombo dos Arturos; e Lucas Martins Pereira, Membro, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos

convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta – Bella Gonçalves – Leleco Pimentel.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/5/2023

Às 14h42min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a necessidade de continuidade do processo de nomeação dos candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital de Abertura nº 1/2019, homologado em 23/12/2020, do Município de Betim, tendo em vista a existência de inúmeros cargos vagos na rede municipal de ensino. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Educação (dois ofícios em 20/4/2023), (dois ofícios em 26/4/2023), (um ofício em 3/5/2023) e (um ofício em 17/5/2023); do Ministério da Educação (um ofício em 17/5/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 28/4/2023) e (um ofício em 10/5/2023); da Universidade do Estado de Minas Gerais (um ofício em 11/5/2023); e da Prefeitura Municipal de Laranjal (um ofício em 11/5/2023). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Paula Ribeiro Rosa, presidente do Conselho Municipal de Educação de Betim; e o Sr. Luiz Fernando de Souza Oliveira, coordenador da Subsele do Sind-UTE-MG em Betim. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra à deputada Macaé Evaristo para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Macaé Evaristo – Lohanna – Coronel Sandro.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/5/2023

Às 13h52min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gustavo Santana. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Retira-se o deputado Gustavo Santana. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela Comissão no Tema em Foco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 1.381, 1.383, 1.386 e 1.465/2023 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Andréia de Jesus, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.168/2023, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, em que requerem seja informado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública o tema deliberado por esta comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Informações sobre o Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher e Responsabilização de Homens Autores de Violência, executado pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade – Supec –, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, com recursos do Fundo Especial do Ministério Público – Funemp”;

nº 2.171/2023, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à Secretária de Estado de Desenvolvimento Social os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “As políticas públicas desenvolvidas pela Subsecretaria de Políticas dos Direitos das Mulheres, instituídas pela Lei nº 24.313, de 2023”; “A expansão do programa Banco de Empregos e do Ônibus Lilás”; e “O acolhimento e o acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes vítimas dos crimes de abuso e exploração sexual no Estado”;

nº 2.172/2023, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais o tema deliberado por esta comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Número de atendimentos, montante de investimentos em equipe multidisciplinar e expansão das unidades de delegacias especializadas de atendimento à mulher no Estado – Deams –, inclusive sobre seu funcionamento ininterrupto, conforme prevê a Lei Federal nº 14.541, de 2023”;

nº 2.174/2023, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, em que requerem seja informado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais o tema deliberado por esta comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Atendimento e expansão das patrulhas de prevenção à violência doméstica no Estado, bem como ampliação do treinamento dos policiais militares para atuação no combate a esses crimes”;

nº 2.175/2023, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Banco de empregos – A vez delas” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Andréia de Jesus – Delegada Sheila.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/5/2023

Às 14h4min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Lohanna. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão, aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza,

as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco e, em audiência de convidados, debater a importância da Operação Carnaval Seguro 2023, que resultou em queda expressiva dos crimes contra a dignidade sexual durante as festividades, e realizar a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família – Defam –, representado pela Sra. Carolina Bechelany Batista da Silva, e com a Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância – Demid –, representado pela Sra. Renata Ribeiro Fagundes, pela brilhante atuação na Operação Carnaval Seguro 2023 – Campanha contra o Assédio Sexual. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.381/2023 com a Emenda nº 1; 1.383, 1.386 e 1.465/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.654/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2023, em tramitação na Câmara dos Deputados, que, entre outros pontos, proíbe a aplicação de sanções aos partidos políticos por descumprimento da cota mínima de recursos para as candidaturas femininas até as eleições de 2022;

nº 1.697/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita ao Ambulatório da Mulher do Hospital Júlia Kubitschek, no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições de funcionamento e os serviços disponibilizados para as gestantes no local;

nº 1.698/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita ao Centro Mineiro de Referência em Resíduos – CMRR –, no Município de Belo Horizonte, para verificar as instalações e as condições de funcionamento do local, bem como as atividades de trabalho desenvolvidas no centro, especialmente com as catadoras de materiais recicláveis;

nº 1.959/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer sejam encaminhadas à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos causados na vida das mulheres pelo transtorno do espectro de hiper mobilidade e pelas síndromes de Ehlers Danlos;

nº 1.960/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer sejam encaminhados ao Ministério da Saúde pedido de providências para inclusão no rol de exames disponibilizados no Sistema Único de Saúde – SUS – o Painel de 20 Genes e o sequenciamento Exoma para diagnóstico das síndromes de Ehlers-Danlos com o objetivo de promover os direitos das pessoas acometidas por essa condição, bem como as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos causados na vida das mulheres pelo transtorno de espectro de hiper mobilidade e pelas síndromes de Ehlers Danlos;

nº 1.961/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer sejam encaminhados à Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja priorizada a tramitação do Projeto de Lei nº 4.817/2019, que cria a Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa com as síndromes de Ehlers-Danlos e de hiper mobilidade, com o objetivo de assegurar e promover os direitos das pessoas acometidas pelas duas doenças, bem como as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos causados na vida das mulheres pelo transtorno de espectro de hiper mobilidade e pelas síndromes de Ehlers Danlos;

nº 2.092/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para apresentar alternativas e protocolos de atendimento para pessoas acometidas pelo transtorno de espectro de hiper mobilidade e pelas síndromes de Ehlers Danlos; e seja encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos na vida das mulheres desse transtorno e dessas síndromes;

nº 2.157/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas destinadas às mulheres em razão do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, comemorado anualmente no dia 25 de julho;

nº 2.158/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para construir uma passarela de pedestres sobre a Rodovia BR-381, na região do Distrito de Ravena, no Município de Sabará, especificamente no Chacreamento Fateiro, onde, segundo relatos, já ocorreram atropelamentos, com uma criança vindo a óbito;

nº 2.159/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para aumentar o quadro de horários dos coletivos que realizam o transporte público na região do Distrito de Ravena, no Município de Sabará, especificamente no Chacreamento Fateiro, uma vez que, segundo relatos, os horários atuais ainda são os praticados na época da pandemia, ou seja, com intervalos de duas em duas horas;

nº 2.160/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para realizar a troca dos transformadores da rede elétrica do Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, Município de Sabará, haja vista que, segundo relatos de moradores, a rede elétrica da região não resiste a chuvas ou ventanias;

nº 2.161/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para implementação de rede de água e esgoto no Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, no Município de Sabará;

nº 2.162/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará, à Promotoria de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais da Comarca de Sabará e à Defensoria Pública de Minas Gerais em Sabará pedido de providências para priorizar a regularização fundiária do Chacreamento Fateiro, localizado no Distrito de Ravena, no Município de Sabará;

nº 2.163/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências com vistas a instalar unidades de coleta de lixo nos entroncamentos existentes na Alameda Circular, no Distrito de Ravena, para atendimento dos residentes do Chacreamento Fateiro, bem como promover campanha de conscientização da população para realizar o descarte do lixo de forma correta;

nº 2.164/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para realizar a manutenção das manilhas do Córrego Antônio João, também conhecido como Córrego do Fateiro, que foram severamente danificadas pelas chuvas de dezembro de 2021 que atingiram o Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena;

nº 2.165/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para proceder à revitalização completa da entrada do Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, haja vista que a entrada da comunidade é, atualmente, um lixão, bem como realizar a instalação de placa indicativa da entrada do referido chacreamento.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. Retira-se a deputada Andreia de Jesus. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carolina Bechelany Batista da Silva, chefe do Departamento de Investigação Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Renata Ribeiro Fagundes, chefe da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente e Vítimas de Intolerâncias; Thais Degani Dumont Coelho, delegada da Divisão Especializada em Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente; e o Sr. Eduardo Vieira Figueiredo, chefe da Divisão Especializada em Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente. A deputada Ana Paula Siqueira passa a presidência para a deputada Lohanna, e retira-se em seguida. A presidente, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Em seguida, faz a entrega dos diplomas referentes ao voto de congratulações com o Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família – Defam.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 9h40min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Bella Gonçalves e os deputados Cassio Soares, Professor Cleiton e Betão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater com o governo do Estado a necessidade de uma política de valorização dos servidores docentes e do quadro administrativo da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 966 (registrando-se o voto contrário do deputado Coronel Sandro), 1.073, 1.367, 1.411, 1.511 e 1.527/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.947/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Colégio Santo Agostinho do Bairro Gutierrez, em Belo Horizonte, pelos cinco anos de sua fundação;

nº 2.052/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o quadro de adoecimento mental dos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino;

nº 2.053/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado a Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja realizada, com urgência, a limpeza e a capina da Escola Estadual Ayres Machado, em Diamantina, visto que o terreno da escola está com muita sujeira e mato alto, comprometendo a segurança da comunidade escolar;

nº 2.054/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Itaobim pedido de informações detalhadas sobre o recebimento e a utilização dos recursos do Fundeb dos anos de 2022 e 2023 na rede municipal de ensino;

nº 2.055/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja autorizada, imediatamente, a contratação de professores de apoio à comunicação, linguagem e tecnologia assistiva – ACLTA – para atuar nas escolas das cidades de Ibiracatu e Varzelândia, visto que os alunos com deficiência estão sendo prejudicados com a falta de profissionais para o atendimento educacional especializado;

nº 2.057/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam liberados, em caráter de urgência, recursos financeiros necessários para a reforma geral da Escola Estadual Getúlio Vargas, situada no Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte, visto que o prédio está com a estrutura física em condições precárias e com possibilidade de desabamento, o que coloca em risco a segurança e a integridade física dos alunos, profissionais e de toda a comunidade escolar;

nº 2.058/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as providências que estão sendo tomadas por essa secretaria quanto ao risco de desabamento da Escola

Estadual Getúlio Vargas, situada no Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte, visto que o prédio está com a estrutura física em condições precárias, o que coloca em risco a segurança e a integridade física dos alunos, dos profissionais e de toda a comunidade escolar;

nº 2.067/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a conscientização e a prevenção dos males causados pelo uso intenso de celulares, *tablets* e computadores por crianças e adolescentes no âmbito do Estado;

nº 2.080/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações sobre a educação oferecida no município, consubstanciadas em relatório que contemple o seguinte: qual o número de cargos vagos de professor em atuação nos anos finais do ensino fundamental no município, discriminando o motivo da vacância (se o professor se aposentou, está de férias ou outro motivo); qual o número de contratados para os cargos de professor em atuação nos anos finais do ensino fundamental no município, discriminando o nome das escolas municipais com professor contratado, as disciplinas que os contratados estão lecionando, carga horária e origem da vaga (substituição, aposentadoria do professor ou outro motivo); qual a previsão de nomeação dos professores e professoras concursados e que estão em lista de classificação do concurso vigente – Concurso 1/2017; e qual o motivo da não nomeação de nenhum professor ou professora para os anos finais da educação municipal em 2022 e 2023, considerando-se que, nesse período, as nomeações se deram especificamente para os anos iniciais;

nº 2.114/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Macaé Evaristo e dos deputados Betão Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para dar continuidade às discussões da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, que debateu os impactos do Novo Ensino Médio para a comunidade escolar e a necessidade de sua imediata revogação;

nº 2.115/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que, em primazia ao princípio constitucional da eficiência, estampado no art. 37 da Constituição Federal de 1988, seja realizada a análise dos pedidos elaborados pelo Colégio Ágape BH Ltda., em trâmite desde 2021, com a finalidade de obter autorização de funcionamento e credenciamento da entidade mantenedora do estabelecimento (Processo nº 1500.010100945/2021-37, de 8/7/2021, SEE/SER-C Divae nº 87/2022), tendo em vista que a morosidade na prestação do serviço público impede a instituição de ensino de oferecer o ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano) e a obrigará a transferir os alunos que estudam no colégio desde o 1º período, sendo duas das alunas pessoas com deficiência;

nº 2.166/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Professor Cleiton, Betão e Cassio Soares, em que requerem seja realizado debate público sobre a importância estratégica da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para o desenvolvimento do Estado;

nº 2.214/2023, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jefferson de Campos Cordeiro, gerente do Sesi-Senai Araxá, pela parceria com o governo do Estado na formação dos primeiros 156 novos profissionais do Trilhas de Futuro, em Araxá, programa que possibilitou a capacitação de jovens para enfrentar os desafios do mercado de trabalho com confiança e habilidade;

nº 2.222/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público pedido de providências para que, no âmbito de sua competência, proceda às medidas administrativas ou judiciais pertinentes para garantir a integridade dos bens móveis e imóveis de que a Fundação Educacional Caio Martins – Fucam – é hoje titular e que foram, conforme denunciado em audiência pública desta comissão, em 23/3/2023, objeto de reunião entre a Secretaria de Estado de Governo, a direção da Fucam e o empresário José Salim Mattar Junior, na qual foram apresentados dados sobre esses imóveis da fundação, incluindo sua localização e extensão, bem como os seguintes documentos: Relatório de Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia ao Centro Educacional Esmeraldas, da Fucam, aprovado em 24/3/2023; notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária

da comissão, em 23/3/2023, que teve por finalidade debater os impactos do Projeto de Lei nº 359, de 2023, do governador do Estado, que transfere as competências da Fucam para a Secretaria de Estado de Educação – SEE –, culminando na consequente extinção da referida fundação, e da 3ª Reunião Extraordinária, em 27/4/2023, realizada com o objetivo de debater os impactos da proposta de extinção da Fucam e as consequências da transferência de suas competências para a SEE, conforme o Projeto de Lei nº 359/2023, do governador do Estado;

nº 2.224/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada visita à Escola Estadual Santa Tereza, no Município de Esmeraldas, para conhecer a instituição, as condições de oferta do ensino fundamental e médio, a gestão compartilhada entre Secretaria de Estado de Educação e o Centro Educacional Esmeraldas, da Fundação Caio Martins, e as potencialidades de seu modelo pedagógico para a região;

nº 2.241/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, em que requerem sejam informados ao secretário de Estado de Educação os temas deliberados por esta comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Medidas que estão sendo adotadas contra a precariedade e insegurança no que diz respeito as condições de infraestrutura das escolas estaduais da rede de ensino”; “Quais são as propostas e medidas concretas de valorização da carreira dos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino”; e “No âmbito da educação superior (Uemg e Unimontes), quais são as políticas públicas (incluídos planejamento, investimento, formação e outras ações e estratégias) efetivas que estão sendo adotadas para a ampliação da oferta do ensino, o aperfeiçoamento das condições de trabalho e carreira dos profissionais das universidades e a melhoria da qualidade da educação superior em Minas Gerais, com as indicações de dados técnicos capazes de subsidiar a atividade fiscalizadora”;

nº 2.243/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, em que requerem seja informado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico que o tema “No âmbito da pesquisa, de quais mecanismos dispõe o governo do Estado para financiar a pesquisa científica, com as respectivas ações, estratégias e indicações de dados capazes de subsidiar a atividade fiscalizadora” foi escolhido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado;

nº 2.244/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Promoção da cultura de paz, proteção e segurança nas escolas” foi escolhido por esta comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Fundação Caio Martins, no Município de Esmeraldas, realizada em 18/5/2023, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/5/2023. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Camila Moraes Miranda, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais – UEE-MG; Fernanda de Oliveira Bustamante, professora da Universidade do Estado de Minas Gerais em Divinópolis; Helga Beatriz Gonçalves de Almeida, assessora-chefe de Relações Sindicais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando Kênnya Kreppel Dias Duarte, subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Lavinia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg; Paula Lorrane Rodrigues da Silva, coordenadora-geral do DCE da Uemg; e Sidnéia Aparecida Mainete, analista universitária e vice-presidente da Comissão Permanente de Gestão dos Serviços Técnicos Administrativos da Uemg; e os Srs. Daniel Braga, docente da Uemg; Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior, assessor-chefe de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário; Ildenilson Meireles Barbosa, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros – Adunimontes; Mario Mariano Ruiz Cardoso, vice-presidente da Regional Leste do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes-SN; e Túlio César Dias Lopes, presidente da Associação dos Docentes da Uemg. A presidência faz as considerações iniciais e,

em seguida, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Logo após, concede a palavra aos deputados presentes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 14h8min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela Comissão no Tema em Foco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.280/2023, dos deputados Leleco Pimentel, Ricardo Campos e Marquinho Lemos, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Privatização das Rodovias Mineiras” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.282/2023, dos deputados Leleco Pimentel, Ricardo Campos e Marquinho Lemos, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Estado de Fazenda os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Os resultados e os encaminhamentos relativos à cobrança do ICMS dos catadores de materiais recicláveis após a reunião realizada com a Secretaria de Estado de Fazenda em 23/5/2023”; e “As informações sobre a autorização de venda de participação acionária da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – na Companhia Brasileira de Lítio”;

nº 2.284/2023, dos deputados Leleco Pimentel, Ricardo Campos e Marquinho Lemos, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Estado de Governo os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “O detalhamento da destinação e da execução de recursos para obras de infraestrutura em estradas municipais que servem de ligação rodoviária entre municípios do Norte de Minas, do Noroeste e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – Padem”; “As propostas previstas em torno da cadeia produtiva do lítio para geração de mais empregos e renda para a população do Jequitinhonha e Mucuri no projeto Lithium Valley Brazil”; e “A atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais”;

nº 2.286/2023, dos deputados Leleco Pimentel, Ricardo Campos e Marquinho Lemos, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à secretária de Estado de Planejamento e Gestão os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “As ações que vêm sendo construídas com as pastas temáticas visando mitigar os

impactos sociais, econômicos e de segurança na região do Jequitinhonha devido à exploração do lítio”; e “A defesa do patrimônio público dos mineiros pelo governo de Minas, quais sejam: as riquezas minerais, as águas, as terras devolutas, os prédios e outros bens públicos”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Marquinho Lemos, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 14h42min, comparecem à reunião os deputados Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Ricardo Campos, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Ione Pinheiro e Maria Clara Marra e os deputados Antonio Carlos Arantes e Lucas Lasmar. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater e, se for o caso, aperfeiçoar o arcabouço legal relacionado ao conceito de cidades inteligentes e as tecnologias a ela relacionadas; e aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela Comissão no Tema em Foco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.975/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira, e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao Consórcio INS S.P.A. e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a realização de consulta pública aos agricultores familiares nas regiões de Ibitité, Mário Campos e Sarzedo, que serão impactadas pela construção do novo rodoanel;

nº 2.309/2023, da deputada Alê Portela e dos deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Carlos Henrique, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.311/2023, da deputada Alê Portela e dos deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Carlos Henrique, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade os temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Acompanhamento da pavimentação, recapeamento e manutenção das rodovias estaduais e da articulação com os municípios para promover as obras”; “Estágio em que se encontram as concessões das rodovias das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Noroeste, Centro-oeste, Sul, Rio Doce, Norte, Zona da Mata e Central de Minas Gerais e o andamento dos processos e do cronograma para manutenção das vias e da instalação das praças de pedágio, bem como o planejamento de novos lotes de concessões”; “As dificuldades enfrentadas pela população no meio rural e as propostas da secretaria, para além da pavimentação asfáltica, que contribuam para o desenvolvimento e o acesso a serviços públicos nessas regiões”;

nº 2.312/2023, da deputada Alê Portela e dos deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Carlos Henrique, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, que são os seguintes: “As políticas implementadas atualmente pelo governo para o desenvolvimento dos municípios mineiros de pequeno porte de modo a garantir o desenvolvimento das diversas regiões do Estado”; “Atração de investimentos: quantas empresas estão em negociação para se instalar em Minas Gerais; quantas empresas atualmente estão fazendo uso das Leis de Incentivo Fiscal do Estado; qual a relevância da legislação de incentivo que o Estado tem e qual a sua aplicação e seus efeitos sobre a captação de empresas no Estado; qual o balanço nos últimos 5 anos”; “Programa habitacional de Minas Gerais: quais os eixos; qual o volume de recursos e o cronograma de desembolsos; quais terrenos estão disponíveis para projetos habitacionais e qual a carteira de terras será disponibilizada; qual a assessoria técnica do programa; como a política habitacional será articulada com as atribuições da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese”.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Gabriel Sousa Marques de Azevedo, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Bruno Araújo Oliveira, subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – representando o secretário; Edson de Souza Vilela, prefeito municipal de Carmo do Cajuru, representando o presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM; João Batista da Silva, prefeito da municipal de Extrema; e Alberto Alves Marques Filho, secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico de São José dos Campos (SP), representando o prefeito. A presidência concede a palavra ao deputado Rodrigo Lopes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2023.

Bella Gonçalves, presidenta.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

Às 16h9min, comparece à reunião o deputado Betão, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados com as Irmãs Dominicanas da Anunciata pelos 50 anos de serviços prestados à comunidade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Irmãs Marina Estevam de Jesus, irmã dominicana da Anunciata; e Maria Luísa Piriz Piriz, fundadora da Congregação das Irmãs Dominicanas da Anunciata no Brasil; a Sras. Agueda Clarice Alves da Luz, ministra da Eucaristia da Paróquia Nossa Senhora da Glória; Solange Josefa Rodrigues, ministra da Eucaristia da Escola de Música Irmã Rosa Font Fuster; Maria Cristina Teófilo dos Santos, professora da Creche do Centro Pedagógico Anunciata.; e Ana Angelica Ribeiro, membro da equipe de coordenação da Catequese na Arquidiocese; e os Srs. Robson Lourenço da Silva, diácono permanente da Paróquia Nossa Senhora da Glória; padre Ezenaldo Silva Araújo, pároco da Paróquia Nossa Senhora da Glória da Congregação dos Espírito Santo; e Frei Helton Barbosa Damiani, frade da Ordem Dominicana. O presidente autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, procede a entrega do voto de congratulações e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2023.

Oscar Teixeira, presidente – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/5/2023

Às 9h34min, comparecem à reunião a deputada Macaé Evaristo (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Marquinho Lemos e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Cleiton. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinhos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a abolição inacabada da escravidão no Brasil após 135 anos da entrada em vigor da Lei Áurea. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Makota Célia Gonçalves Souza, coordenadora-geral do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira – Cenarab; e Rita de Cassia Pereira Galvão, presidente da Comissão Estadual da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil e membro da Comissão de Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento da Violência Doméstica da OAB-MG; e os Srs. Alexandre Sousa da Silva, Tata Kixikaringoma da Casa de Cultura Lode Apará; Dilson José de Oliveira, assessor da secretária de Direitos Humanos e Cidadania da Superintendência de Políticas Públicas para a Pessoa idosa de Contagem e coordenador regional da Arquidiocese da Leste II-Pastoral Afro-Brasileira de Arquidiocese de Belo Horizonte; Guaraci Maximiano dos Santos, coordenador da Comissão Laicidade, Espiritualidade, Religiosidade e Outros Saberes Tradicionais no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – Clero-CT-MG; Daniel Alessandro Costa, vereador da Câmara Municipal de Betim; e João Batista da Cruz, prefeito municipal de Imbé de Minas. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.340/2023, dos deputados Professor Cleiton e Marquinho Lemos e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para aprovar, junto ao Conselho de Ética do Senado, o pedido de cassação do Senador Magno Malta encaminhado pelo Psol, motivado pelo pronunciamento de teor racista ocorrido na reunião do dia 23 de maio de 2023, no Senado Federal, a respeito do episódio de racismo sofrido pelo jogador brasileiro, Vinícius Júnior, durante a partida de futebol entre Valência e Real Madrid, no Campeonato Espanhol.

nº 2.341/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Marquinho Lemos, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Senador Magno Malta, pelo seu pronunciamento de teor racista ocorrido na sessão do dia 23 de maio de 2023, no Senado Federal, a respeito do episódio de racismo sofrido pelo jogador brasileiro, Vinícius Júnior, durante a partida de futebol entre Valência e Real Madrid, no Campeonato Espanhol.

nº 2.342/2023, dos deputados Professor Cleiton e Marquinho Lemos e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para averiguar eventuais abusos e condutas discriminatórias por parte de agentes da PMMG na condução do Boletim de Ocorrência nº 2023-023570429-001, emitido em 19/5/2023, conforme relatado pelo participante Reginaldo Pereira do Carmo em audiência pública desta comissão, realizada em

25/5/2023, e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater a abolição inacabada da escravidão no Brasil após 135 anos da entrada em vigor da Lei Áurea.

nº 2.343/2023, dos deputados Leleco Pimentel, Marquinho Lemos e Professor Cleiton e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para o efetivo cumprimento da Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2023.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/5/2023

Às 14h10min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o panorama da adoção de crianças e de adolescentes em Minas Gerais por ocasião do Dia Nacional da Adoção, celebrado em 25 de maio. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Kenya Carvalho, assistente social e membro do Grupo de Apoio à Adoção de Belo Horizonte – GAA-BH; Viviane de Oliveira Costa, advogada e diretora jurídica do GAA-BH; Roseane Linhares, psicóloga e membro do GAA-BH; Larissa Fernanda Machado Jardim, advogada e representante do GAA-BH; Renata Ghisleni, psicóloga coordenadora da Comissão de Psicologia e Relações com a Justiça do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP-MG – representando a presidente do conselho; Raquel Silva de Jesus Vieira, podóloga e mãe por adoção; Cintia Mara Batista de Araújo, superintendente de Participações de Diálogos Sociais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – representando a secretária; Carolina Alves Bella, mãe por adoção e membro do GAA-BH; Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CoaDCA – representando o procurador-geral de justiça; Liliane Maria Lacerda Gomes, coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – Ceja; Cláudia Adriana Costa Marques, psicóloga e representante da Associação Irmão Sol; Simone Saraiva de Abreu Abras, juíza auxiliar da Corregedoria e Superintendente Adjunta de Serviços Notariais e de Registro, representando o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG; e os Srs. André Tuma Delbim Ferreira, promotor de Justiça de Minas Gerais e pai por adoção; Hugo Damasceno Teles, advogado e pai por adoção; Marcio Jose Tupy, assessor, representando o presidente da 4ª Câmara Especializada da Infância do TJMG; Alessandro Hipolito da Silva, assistente social e representante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região – Cress-MG –, representando a presidente; Luís Marcelo Vieira Karam, representante da Instituição Casa Lucas; Manuel Luiz Bella, pai por adoção e membro do GAA-BH. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.

Lohanna, presidenta.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 30/5/2023, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Votação, em turno único, do Veto nº 1/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.231, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2023. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto nº 2/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.232, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2023. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 359/2023, do governador do Estado, que transfere as competências da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição dos Substitutivos nºs 1 e 2, das Comissões de Justiça e de Administração Pública, respectivamente.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 30/5/2023****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2023, do deputado Zé Guilherme e outros; Projetos de Lei nºs 1.115/2019, do deputado Bruno Engler; 3.041/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes; 387/2023, do deputado João Magalhães; 404/2023, do deputado Adriano Alvarenga; 1.589/2020, do deputado Gustavo Santana; 2.544/2021, da deputada Ana Paula Siqueira;

3.706/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.892/2022, do deputado Betão; 3.895/2022, da deputada Andréia de Jesus; 4.003/2022, do deputado João Vítor Xavier; 4.105/2022, do deputado Noraldino Júnior; 57/2023, da deputada Ana Paula Siqueira; 176/2023, da deputada Alê Portela; 315/2023, do deputado Betão; 319/2023, do deputado Doorgal Andrada; 384/2023, do deputado Charles Santos; 464/2023, do deputado Thiago Cota; 559/2023, do deputado Gustavo Valadares; e 767/2023, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.071/2021, do deputado Raul Belém; 3.818/2022, do deputado Delegado Heli Grilo; 3.999/2022, da deputada Celise Laviola; 198/2023, do deputado Tito Torres; 291/2023, do deputado Raul Belém; 411/2023, do deputado João Magalhães; 427/2023, do deputado Ricardo Campos; 435, 437 e 439/2023, do deputado Tadeu Martins Leite; 456/2023, do deputado Fábio Avelar; 475 e 479/2023, do deputado Professor Cleiton; 481/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita; 493 e 495/2023, do deputado Marquinho Lemos; 528/2023, do deputado Fábio Avelar; 535/2023, da deputada Chiara Biondini; 543/2023, do deputado Celinho Sintrocel; e 579/2023, do deputado Cristiano Silveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 30/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 1.817/2023, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a Política Estadual de Segurança Pública, especialmente em relação às condições para a realização do policiamento ostensivo, ponto que abrangerá a adoção da modalidade de policiamento unitário.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 30/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a importância histórica da Paróquia São Sebastião, localizada no Bairro Betânia, em Belo Horizonte, na promoção do protagonismo de mulheres e famílias belo-horizontinas e por sua contribuição, em parceria com a Comunidade Missionária de Villaregia, para o desenvolvimento socioeconômico da região, em homenagem ao seu Jubileu de Ouro.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/5/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.756/2021, do deputado Sargento Rodrigues; 2.667/2021, do deputado Ulysses Gomes; 2.979/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.712/2022, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 95/2023, do deputado Grego da Fundação.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 1.673/2023, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/5/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.817/2022, do deputado Doutor Jean Freire.

Requerimentos nºs 1.738, 1.739, 1.741, 1.742, 1.743, 1.744 e 1.745/2023, da Comissão de Cultura.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/5/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.220/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 3.720/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.832/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 1.833/2023, da deputada Marli Ribeiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 30/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.279/2017, do deputado Duarte Bechir.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 779/2019, do deputado Cristiano Silveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 30 de maio de 2023, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos nº 1/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.231, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2023; e nº 2/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.232, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2023; e do Projeto de Lei nº 359/2023, do governador do Estado, que transfere as competências da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam – e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de maio de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2023, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a defesa e a promoção do trabalho dos servidores da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, considerando os efeitos da Resolução Conjunta Seplag/Fhemig nº 10.688, de 26 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o cumprimento da jornada de trabalho e a apuração

de frequência dos servidores a que se refere o Decreto nº 48.348, de 10 de janeiro de 2022, e da Resolução Seplag nº 68, de 13 de setembro de 2022, que dispõe sobre critério e conceitos técnicos para avaliação de redução de jornada de trabalho de que tratam a Lei nº 9.401, de 18 de dezembro de 1986, e o Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.

Betão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a prestação dos serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica aos usuários do Ipsemg e de atendimento aos servidores públicos pelas áreas de perícia médica e saúde ocupacional do Estado e fazer um balanço da prestação desses serviços.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e os deputados Bosco e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/5/2023, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater o relatório do Observatório Itaú Cultural sobre a participação da cultura no PIB brasileiro.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer

Nos termos regimentais, convoco os deputados Enes Cândido, Doutor Paulo, Grego da Fundação e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 1º/6/2023, às 9 horas, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, nesse município, com a finalidade de acompanhar o trabalho em todos os hospitais do câncer no Estado que atendem pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.

Elismar Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer

Nos termos regimentais, convoco os deputados Enes Cândido, Doutor Paulo, Grego da Fundação e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2023, às 14 horas, em Uberlândia, com a finalidade de, em audiência

pública, debater o cumprimento da Lei dos 30 dias, da Lei dos 60 dias e da lei que assegura a mamografia, a citopatologia e a colonoscopia a todas as mulheres a partir da puberdade, da lei sobre a saúde do homem e a realização dos exames de detecção do câncer de próstata, bem como a demanda de radioterapia e radiocirurgia e toda a jornada do paciente, incluindo a prevenção, os exames para diagnóstico, as consultas com especialistas, a cirurgia, a quimioterapia, o acesso a novos medicamentos e terapias, a nutrição, a reabilitação e os cuidados paliativos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.

Elismar Prado, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 294/2023

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Fábio Avelar, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Artes Marciais Karatê Punhos Shotokan Ginástica e Arte São Vida – AMAKS, com sede no Município de Bom Despacho.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Artes Marciais Karatê Punhos Shotokan Ginástica e Arte São Vida – AMAKS, com sede no Município de Bom Despacho, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do Karatê.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca difundir e ensinar o Karatê como arte marcial aos seus associados e à comunidade interessada, bem como fomentar outras modalidades desportivas e atividades culturais que se relacionam à modalidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido para a democratização da prática de artes marciais no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 294/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

Oscar Teixeira, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 29/5/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Mussio Moura Soares, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta.

TERMO DE CONTRATO Nº 29/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Icafe – Instituto de Cultura, Arte, Fazer Responsável e Educação Ambiental. Objeto: doação de bens móveis classificados como antieconômicos. Vigência: 30 dias, contados da assinatura, prorrogáveis por mais 30 dias, mediante requerimento. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 32/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: trinta dias, a partir da data da assinatura, prorrogáveis por mais trinta dias. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 34/2023**Número no Siad: 9386334**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Núbia Rita Dias Loureiro. Objeto: contratação de serviço de auditoria médica para subsidiar tecnicamente a diretoria da ALMG no processo de negociação do reajuste anual do contrato assinado com a Unimed-BH. Vigência: 3 meses, contados a partir da data da assinatura, prorrogáveis por mais 3 meses. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE CONTRATO Nº 36/2023

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Objeto: afetação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, II, “a” da Lei Federal nº 8666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 57/2023**Número no Siad: 9261581-3**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Móbile Comércio e Serviços em Telecomunicações Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e demais serviços em tecnologia da informação. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 21/10/2023 a 20/10/2024, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3. 90 (10.1).

**ERRATAS****ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/11/2020**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/12/2020, na pág. 83, antes de “Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte”, acrescente-se o seguinte:

“Submetido à discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.314/2019.”.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/8/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/9/2021, na pág. 31, antes de “Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte”, acrescente-se o seguinte:

“Submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 733/2019 e 1.995/2020.”.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/3/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2023, na pág. 92, onde se lê:

“Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.320/2019, 3.039 e 3.217/2021 e 3.760/2022.”, leia-se:

“Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.177/2017, 1.320/2019, 3.039 e 3.217/2021 e 3.760/2022.”.

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 27/5/2023, na pág. 3, onde se lê:

“Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.522/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça, e ao Projeto de Lei nº 3.522/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se aos referidos projetos.)”, leia-se:

“Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.522/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)”.

E, na pág. 4, onde se lê:

“Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.003/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça, e ao Projeto de Lei nº 4.003/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se aos referidos projetos.)”, leia-se:

“Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.003/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)”